

Tempo, Maputo, número especial,
30 Abril 1974

OS PRIMEIROS DA JUNTA DE DECRETOS SALVAÇÃO NACIONAL



Agente da D.G.S. é minuciosamente revistado no largo do Chiado, momentos antes da rendição da polícia política, um dos principais suportes da ditadura que governou o País durante quase meio século.

Foram ontem divulgados em Lisboa, os primeiros decretos da JSN enviados para o «Diário do Governo».

O primeiro é do seguinte teor:

O programa do movimento das Forças Armadas Portuguesas, prevê a destituição imediata do Presidente da República e do actual Governo, a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado. Nestes termos a Junta de Salvação Nacional decreta para valer como lei consultacional o seguinte:

Artigo 1.º — É destituído das funções de Presidente da República o Almirante Américo Deus Rodrigues Tomaz.

2 — São exonerados das suas funções o Presidente do Conselho Prof. Marcello Caetano e os ministros, secretá-

rios e subsecretários do seu gabinete.

3 — A Assembleia Nacional e o Conselho de Estado são dissolvidos.

Artigo 2.º — Os poderes atribuídos aos órgãos referidos no artigo anterior passam a ser exercidos pela Junta de Salvação Nacional.

Artigo 3.º — Este diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado pela Junta, António Sebastião Ribeiro de Spínola.

EXONERAÇÃO DOS GOVERNADORES GERAIS DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE

Tende a Junta de Salvação Nacional assumido os poderes

legislativos que competem ao Governo, decreta para valer como lei o seguinte:

Artigo 1.º — São exonerados das funções os governadores gerais dos Estados de Angola e Moçambique.

2 — As atribuições dos governadores gerais passam a ser exercidas interinamente pelos secretários gerais dos respectivos Estados.

Artigo 2.º — Este diploma entra imediatamente em vigor.

EXONERAÇÃO DOS GOVERNADORES DO CONTINENTE E ILHAS

Tendo a Junta de Salvação Nacional assumido os poderes

legislativos que competem ao governo decreta para valer como lei o seguinte:

Artigo 1.º — São exonerados das suas funções os governadores do Continente e Ilhas Adjacentes, bem como os seus substitutos.

2 — Até serem efectuadas as novas nomeações, as atribuições dos governadores civis serão exercidas pelos secretários dos governos civis.

Artigo 2.º — Fica suspensa a competência constante do artigo 99.º, n.º 4 e 10 do Estatuto dos Distritos Autónomos das Ilhas Adjacentes, aprovado pelo Decreto-Lei 36 459 de 4 de Agosto de 1947, enquanto não forem nomeados os governadores dos distritos.

Artigo 3.º — Este diploma entra imediatamente em vigor.

FERIADO DE 1 DE MAIO

Foram ainda divulgados mais quatro decretos da Junta de Salvação Nacional, entre eles um que institui como feriado nacional obrigatório o dia 1 de Maio, considerado o Dia do Trabalhador.

DELEGADOS DA JUNTA NOS MINISTÉRIOS

Decreta ainda a Junta de Salvação para valer como lei a criação junto dos ministérios civis, do cargo de delegado da Junta de Salvação Nacional, enquanto não for nomeado o governo provisório civil.

A nomeação do delegado é da livre escolha da Junta de Salvação Nacional.

Compete ao delegado da Junta de Salvação Nacional assegurar o regular andamento dos serviços e levar ao conhecimento da Junta qualquer assunto que exija resolução imediata.

A competência legalmente atribuída aos titulares dos departamentos militares é exercida até nomeação dos novos titulares pelos respectivos chefes do Estado Maior.

AMNISTIADOS OS CRIMES POLÍTICOS

A Junta decreta que são amnistiados os crimes políticos e as infracções disciplinares desta natureza. Para o

efeito do disposto neste decreto-lei, consideram-se crimes políticos os definidos no Artigo 39.º do Processo Penal com inclusão dos cometidos contra a segurança exterior e interior do Estado.

Serão reintegrados nas suas funções, se o requererem, os servidores do Estado, militares e civis, que tenham sido demitidos, reformados, aposentados ou passados à reserva compulsivamente e separados do serviço por motivos de natureza política.

As expectativas legítimas de promoção que não se efectuaram por efeito de demissão, reforma, aposentação ou passagem à reserva compulsiva e separação do serviço devem ser consideradas no acto da reintegração.

DISSOLVIDA A ANP

É ainda publicado mais um decreto através do qual a Junta de Salvação Nacional dissolve a Acção Nacional Popular.

Artigo 1.º — É dissolvida a Acção Nacional Popular. Os haveres desta associação reverterem a favor do Estado.

Neste Decreto acrescenta-se: para ser publicado em todos os boletins oficiais dos Estados e Províncias Ultramarinas.

Estes diplomas entram imediatamente em vigor.